



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9109

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de Resolução

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Fernando Antônio Dias de Andrade

**Data:** 05/11/2013

**Descrição Sumária:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/2013. (NÃO VOTADO). Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

**Controle Interno – Caixa:** 14.1

**Posição:** 24

**Número de folhas:** 06

---

Especie: PR  
Categoria: não votados  
C: 14.1  
Ordem: 24  
n: fls: 04



# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/2013

**AUTOR:**

Ver. Fernando Antônio Dias Andrade

**ASSUNTO:**

— Altera Dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal —  
— de Montes Claros. —

## MOVIMENTO

- 1 Entrada em 05/11/2013
- 2 Comissão legislação Justiça.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR FERNANDO ANTÔNIO DIAS DE ANDRADE

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/2013.

**"ALTERA DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS".**

A Câmara Municipal de Montes Claros - MG decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Altera a redação do inc. V do art. 135 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135 (...)

I- (...)

(...)

V- na votação nominal" (NR)

Art. 2º. Altera a redação do inciso III do art. 220 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 220. (...)

(...)

III- decretar a perda de mandato do Prefeito, por votação eletrônica. (NR)

(....)".

Art. 3º. Altera-se a redação do art. 221 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, que passa a vigorar da seguinte maneira:

"Art. 221. Somente pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores que integram a Câmara, por votação eletrônica, poderá ser rejeitado o veto apostado pelo Prefeito Municipal." (NR)

Art. 4º. Fica revogado o inc. III do art. 223 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **GABINETE DO VEREADOR FERNANDO ANTÔNIO DIAS DE ANDRADE**

“Art. 223 (...)

(...)

III- Revogado

IV- (...)”

Art. 5º. Revoga-se o art. 226 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

“Art. 226. REVOGADO”.

Art. 6º. Altera a redação do parágrafo único do art. 230 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 230 (...)

Parágrafo único. Anunciado o resultado da votação, pode ser dada a palavra ao vereador que a requerer para declaração de voto, pelo tempo previsto no art. 142, não podendo tal tempo ser utilizado para outro fim”. (NR)

Art. 7º. Revoga-se o §7º do art. 233 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

“Art. 233. (...)

(...)

§7º. Revogado”

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 28 de outubro de 2013.

Vereador Fernando Antônio Dias de Andrade

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E RESOLUÇÃO  
EM 29 DE OUTUBRO DE 2013  
A. Silva  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/2013 QUE “Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros”, de autoria do Vereador Fernando Antônio Dias de Andrade.**

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto de resolução visa alterar vários dispositivos do Regimento Interno - RI - para retirar o voto secreto do regimento interno.

Uma vez que o presente projeto de resolução trata de questão interna da Câmara Municipal, não se vislumbra nenhum vício de iniciativa.

Quanto à legalidade, vislumbra-se alguns vícios tendo em vista contradição com a Lei Orgânica Municipal – LOM - que prevê referido tipo de votação.

O artigo primeiro do projeto, visa alterar a redação do inciso V do Art. 135 do RI, suprimindo a chamada dos vereadores no caso da votação secreta.

Como já dito, a votação secreta não é prevista apenas no RI, mas também na LOM, ao suprimir a chamada no RI e manter na LOM criar-se-ia uma situação onde não haveria chamada no caso de votação secreta, o que não seria possível.

O mesmo se diga em relação ao artigo 2º do projeto em questão que prevê que a decretação da perda do mandato do Prefeito se daria por votação eletrônica, porém o art. 44 da LOM prevê a votação secreta neste tipo de votação.

Também os artigos 3º e 5º do projeto entram em contradição com o artigo 44 da LOM.

O artigo 4º do projeto extingue a votação secreta, porém, tal votação, como já dito, é mantida na LOM.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de resolução em questão é inconstitucional e ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 30 de outubro de 2013.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/2013**

**AUTOR: Ver. Fernando Antônio Dias de Andrade**

**MATÉRIA: Altera Dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros – MG.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 05/11/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 07/11/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

A Assessoria Legislativa emitiu parecer de ilegal e inconstitucional.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A finalidade da presente proposição é alterar dispositivos do Regimento Interno, excluindo a votação por escrutínio secreto, inclusive os seus procedimentos.

Como a matéria trata de assunto “*interna corporis*”, não incide em vício de iniciativa, entretanto ao alterar tais dispositivos, a proposição contraria a Lei Orgânica Municipal, tendo em vista que continuam em vigor os dispositivos da LOM que regulamentam a votação secreta, os quais ficariam sem os procedimentos necessários para a sua realização.

Esclarecendo ainda que, nos dispositivos em que se transforma a votação secreta em eletrônica, como o caso do art.220, inc. III do RI, entra em contradição com o art. 44 da LOM que continua mantendo a votação por escrutínio secreto. O mesmo se diga em relação ao art. 221 do RI e art. 54, § 1º da LOM.

Em razão de a matéria ferir e contradizer a Lei Orgânica Municipal, é o projeto ilegal e inconstitucional.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade da referida proposição.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2013.

Presidente Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_